

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2021:** *Aos quatro dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente o Executivo Municipal, por videoconferência, ao abrigo do número 3 do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/2020 de 19 de março, na sua atual redação, sob a Presidência de Joaquim Jorge Ferreira, Presidente do mesmo, e a participação dos seguintes Vereadores: Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Maria de Jesus Silva, Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Carla Maria de Pinho Rodrigues, Rui Manuel Lopes da Silva e José Domingos Campos da Silva.* =====

===== *Secretariou a presente reunião a Coordenadora Técnica, Maria Augusta Silva Correia.* =====

===== *O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 9h e 35m, dando assim início à mesma.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início ao período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: “Bom dia Caros e Caras colegas. Desejar que esteja tudo bem convosco e com as vossas famílias. Começaria por vos dar alguma informação sobre a situação Covid no nosso concelho, para percebermos alguns números que hoje ostentamos. Temos neste momento 6 217 casos no concelho, o número de casos na última semana foram 17 - isto com dados de 27 de fevereiro -, a incidência de casos nos últimos 14 dias é de 98.5 casos por 100 000 habitantes. Portanto, tivemos uma quebra acentuada do número de casos na última semana, face à penúltima e também naturalmente da penúltima para a antepenúltima. Em termos dos dados do nosso Centro Hospitalar, a situação está francamente melhor, os números evidenciam isso. Neste momento temos 27 doentes internados por Covid-19 no nosso Centro Hospitalar e destes 27, seis em cuidados intensivos. No caso concreto de residentes do concelho de Oliveira de Azeméis, temos 4 pessoas, 2 delas estão em cuidados intensivos e as outras 2 em enfermaria. As pessoas que temos em cuidados intensivos é um senhor de 69 anos e uma senhora de 65. Portanto, o que está a acontecer dentro do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, e julgo que um pouco em todos os hospitais do país, é que tem havido uma redução do número de camas de internamento destinadas a doentes com Covid-19 e um retomar da normalidade para as restantes áreas, ou seja, áreas que tinham sido de certa forma reduzidas e em alguns casos até suspensas, estão hoje a recuperar a sua normalidade e começam a recuperar também o atraso que se verificou no atendimento a pacientes com determinadas patologias por força da concentração dos recursos nas respostas Covid. Em relação à vacinação no nosso concelho: Como sabem, começou ontem no nosso Centro de Vacinação, a vacinação aos utentes com mais de 80 anos ou com patologias,*

entre os 50 e os 65. As coisas correram bem, com toda a normalidade. Aquilo que nós prevemos, é ainda hoje vacinarmos 240 pessoas e amanhã 150. Os números que ontem estavam previstos era de 180 utentes a serem vacinados. O horário de funcionamento será de segunda a domingo, das 9 às 19h, mas só funcionará ao fim-de-semana se tivermos vacinas disponíveis, porque senão funcionará apenas durante a semana. Os profissionais de saúde que estão afetos, foram disponibilizados naturalmente pelo ACES, pela Autoridade Regional de Saúde – um secretário clínico, um médico, uma enfermeira, etc. – e em termos de pessoal da autarquia, teremos alocados a serviços de apoio ao nosso Centro de Vacinação cerca de 10 pessoas. Neste momento, ele tem capacidade instalada para chegar às 400 vacinas por dia e aquilo que esperamos, é ter a possibilidade obviamente de atingir este número porque isso significa que mais rapidamente teremos os Oliveirenses a serem inoculados. Em termos dos nossos lares com estrutura residencial, temos 157 utentes com uma dose e 206 com duas doses. Em termos de funcionários temos 145 com uma dose e 181 com duas doses. O que é que aconteceu? Nós temos três lares, conforme vos disse há umas semanas, que tinham surtos ativos e portanto não puderam tomar a segunda dose. Vão tomar a segunda dose agora no início deste mês. Estou a falar do Centro Social e Infantil de Cesar, o Centro Social Leonilda Aurora da Silva Matos e a Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis. Em termos de utentes vacinados de Oliveira de Azeméis, neste momento com mais de 80 anos já devemos ter mais de 600/650 vacinados. Portanto, estes números vão crescer, naturalmente, todos os dias. Em relação às nossas escolas: Neste momento filhos de trabalhadores de serviços essenciais com aulas presenciais, temos 143; em termos de hotspots continuamos com 136 disponíveis para o ensino à distância; em termos de refeições, neste momento estamos a assegurar cerca de 240 por dia. Dizer-vos também que nós procedemos à abertura do cemitério municipal e dos sanitários públicos, medidas que vinham sendo reclamadas pelos munícipes e claro que esta decisão foi baseada na redução substancial do número de casos que temos tido no concelho. A importância, como é óbvio também, que o culto tem para as pessoas, para a comunidade e também o facto de nós entendermos que no caso concreto dos cemitérios - nos sanitários é um pouco diferente, é preciso ter um plano de higienização que nos permita criar condições de segurança - com as regras que estão definidas verificou-se a abertura, mas com um conjunto de regras estabelecidas, a possibilidade de contacto entre as pessoas serão, não diria nulas, mas praticamente nulas. Portanto, há limitações à utilização ou partilha de material de limpeza, ao tempo de permanência nas campas, o número de pessoas que estão nas campas etc., existe um conjunto de regras que asseguram condições para termos, face à redução substancial do número de casos e do índice de transmissão, com alguma segurança, estas duas estruturas abertas. Dizer-vos também que vai ser constituída - foi informada na reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil - a criação de uma equipa que vamos chamar 'Equipa Rápida de Intervenção de Proteção Civil' se quiserem, para funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana. É uma equipa multidisciplinar. Na prática ela já existe. Quer isto dizer que de uma forma ou de outra, a Câmara Municipal sempre que é confrontada com um problema no domínio da Proteção Civil, naturalmente que articula os recursos que são

necessários para debelar o problema, mas vamos fazê-lo de uma forma organizada, de uma forma estruturada com uma identificação clara dos operacionais que integram a equipa das diferentes áreas para que de uma forma rápida e eficiente possamos acorrer às diferentes ocorrências com que somos confrontados. Basicamente o que nós teremos são sete operacionais, conforme eu disse de várias áreas de atividade, e depois teremos naturalmente, a veterinária municipal também associada e o coordenador operacional municipal também associado a esta equipa. Depois teremos um conjunto de números, isso vai ser publicitado quando formalizarmos a constituição desta equipa. Teremos um conjunto de contactos de responsáveis da Câmara Municipal. Quando estou a falar de responsáveis estou a falar de responsáveis ao nível dos serviços, mas também de responsáveis políticos que serão contactos disponibilizados para as pessoas, para a população, caso precisem de contactar e de transmitir alguma situação que precise de resolução. Portanto, dar-vos nota destes aspetos, que são os que eu considero os mais relevantes em termos de Proteção Civil. Dizer-vos também que a GNR tem feito algumas campanhas no sentido de obrigar as pessoas a manterem as regras de confinamento apesar da redução de número de casos. Solicitamos um reforço da atenção da GNR porque será natural, mas não é desejável, que as pessoas face àquilo que se vai passando um pouco por todo o país, tendam a afrouxar, tendam a aligeirar a sua preocupação e a sua responsabilidade e isso pode ter consequências trágicas. Portanto, pedimos à GNR para reforçar a sua atuação e procurar estar mais presente no território para sensibilizar as pessoas para a importância do uso da máscara, do distanciamento social, para obrigar as pessoas ao confinamento que ainda está em vigor e parece que muitas pessoas já esqueceram se atendermos ao número de - fazendo fé no número que foi dito por especialistas - vários milhões de pessoas que no último fim-de-semana circularam tranquilamente um pouco por todo o país. Eram basicamente estes os dados que tinha para vos dar em termos de Covid. Dar-vos também nota de outras informações que têm a ver com a atividade regular da Câmara: Nós lançamos o concurso para a requalificação da zona industrial de Oliveira de Azeméis/Santiago Riba-Ul. Foi publicado em Diário da República. Um projeto que andarà à volta dos 300 000,00€, não tenho o número certo, mas anda à volta disso. E também lançamos mais um concurso para pavimentação de vias no concelho, um concurso de cerca de 700 000,00€. Queria dar nota – não sei se foi o José Campos, se foi o Rui Lopes, mas também não é relevante – em relação ao Regulamento do Empreendedorismo Jovem e à criação do próprio emprego, ele realmente não veio à Câmara Municipal. Procurei saber junto dos serviços o que é que se tinha passado e efetivamente tratou-se de um lapso/esquecimento dos serviços que não mais agendaram o regulamento e também porque ainda aguardam contributos que estão a ser pedidos não só a entidades externas como também à própria organização, a áreas da própria organização. Para terminar, dar uma nota, pedindo que fique registado em ata, porque na declaração de voto dos Senhores Vereadores do PSD é referido, em relação àquelas medidas de apoio às Juntas de Freguesia com efeitos retroativos que o Senhor Presidente da Câmara se recusou a dar um parecer jurídico. Isso não é verdade, em nenhum momento da minha intervenção eu me recusei a dar um parecer jurídico. Não é isso que consta da gravação e portanto, queria que ficasse em ata

que eu não fui instado a apresentar um parecer jurídico e instado a apresentar o parecer jurídico, eu recusei a apresentação desse parecer jurídico. Não o disse e por isso gostaria que ficasse regularizada essa situação. Aliás o parecer jurídico depois foi apresentado e não foi por eu o ter recusado na reunião de Câmara que enfim, muito dificilmente me verão a recusar o pedido de um parecer ou de outro documento que seja importante para suportar a vossa decisão, como é evidente. Portanto, procurarei sempre que as decisões que nós tomemos independentemente do sentido dessas decisões, sejam tomadas com o máximo de conforto jurídico que seja possível, apesar de reconhecer que hoje estamos algo debilitados em termos de recursos humanos nesse domínio porque a Dra. Vera foi mãe e por termos também os outros colaboradores ligados a essa área também doentes e ausentes do serviço, mas naturalmente que não me recusaria a disponibilizar um parecer jurídico, tanto mais que tomamos a decisão, foi deliberado e acabou por ser depois enviado esse parecer jurídico. Era isso que eu tinha para dizer.” =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Rui Lopes** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Era só para partilhar consigo, não sei se tem conhecimento... A semana passada tive que me deslocar à zona do restaurante ‘O Braço’, estão lá a decorrer um conjunto de obras e eu próprio tive dificuldade em chegar ao restaurante, porque tinha um sentido proibido de um lado, tinha um sentido proibido de outro... E por outro lado, pareceu-me que quem não é de Oliveira de Azeméis e não conhece aquela zona, ou qualquer outra que possa estar em obras, as sinalizações possam não estar colocadas da melhor forma. No fundo era para sensibilizar o Presidente para se certificar que em todas as obras que estão a decorrer nas estradas de Oliveira de Azeméis a sinalética é amiga do condutor e ajuda o condutor, sob pena de depois se criar aqui alguns conflitos, ou constrangimentos grandes. Era só Presidente.”*

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à **Senhora Vereadora Carla Rodrigues** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos. Senhor Presidente: Antes de mais, em relação a esta observação que fez sobre a nossa declaração de voto, eventualmente a palavra ‘recusou’ não terá sido a melhor para ilustrar o que se passou, mas a verdade é que o parecer jurídico não nos foi facultado. O Vereador Ricardo Tavares pediu o parecer jurídico, dizendo que só com um parecer jurídico sustentasse a nossa posição, é que efetivamente nós poderíamos alterar o sentido de voto, que sem esse parecer jurídico o nosso sentido de voto seria a abstenção. E o parecer jurídico não foi apresentado, o ponto não foi retirado, foi votado e, portanto, nós mantivemos a abstenção. Portanto, não foi recusado verbalmente, mas o parecer jurídico efetivamente não surgiu para fundamentar a nossa decisão. Era isso que nós queríamos dizer. Talvez o ‘recusado’ não fosse a palavra indicada, mas o sentido era este. Senhor Presidente: Algumas questões muito breves, relacionadas em primeiro lugar com os números que o Senhor Presidente apresentou. Obviamente que ficamos todos satisfeitos por esta redução drástica do número de infetados. Também sabemos, e isso gostaríamos de perguntar, tem vindo a público que a média de testes diários tem reduzido drasticamente. Ou seja, começamos há quatro semanas*

atrás com uma média de 59 000 testes diários em Portugal, e acabamos a última semana com 28 000 testes diários, ou seja, cerca de metade. É óbvio que isto também poderá ter influência... Eu não sei se o Senhor Presidente tem dados sobre a evolução do número de testes no concelho, se também houve esta redução para que nós tenhamos de alguma forma esta certeza de que corresponde a uma redução efetiva dos casos. É isso que todos queremos, que estes números correspondam a uma redução efetiva do número de casos e não apenas que tenha aqui algum efeito a redução do número de testes que é realizado. Em relação ao Centro de Vacinação: O Senhor Presidente falou da capacidade de vacinação, que serão à volta de 400 vacinas por dia. Nós ainda não estamos - também foi aberto agora -, mas não estamos a atingir essa capacidade e eu pergunto se poderemos vir a atingir; se estamos condicionados pelos recursos humanos ou se estamos condicionados pela disponibilidade de vacinas. Portanto, o que eu pergunto é: Se há total disponibilidade de vacinas para irmos vacinando conforme as pessoas que estão convocadas para essa vacinação. Gostaríamos de saudar a atleta Eva Gonçalves do NAC que no último fim-de-semana teve um resultado excelente nas provas que se realizaram em Vagos. Não só se sagrou vice-campeã nacional no lançamento do disco, como também se sagrou vice-campeã nacional no lançamento do martelo, vice-campeã nacional absoluta, e também campeã nacional de esperanças. Portanto, saudar a Eva Gonçalves e o NAC por mais este resultado extraordinário. E para já, creio que era só. Muito obrigada.” =====

*===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: “Bom dia a todos, Senhor Presidente, Colegas. Algumas questões Senhor Presidente: Centro de vacinação: Senhor Presidente eu fico satisfeito por esta semana ter arrancado a vacinação em Oliveira de Azeméis, mas confesso algum desapontamento por este arranque ter acontecido mais de quinze dias depois de ter arrancado nos municípios nossos vizinhos, alguns até do mesmo ACES do Entre o Douro e Vouga. Esta semana, dezenas, e eu não sei ao certo se são dezenas ou se são centenas, de Oliveirenses que tiveram de se deslocar a S. João da Madeira para poderem ser vacinados. Eu queria perguntar ao Senhor Presidente se não sente algum desapontamento também por este atraso relativamente a Oliveira de Azeméis, sendo que não percebo porque é que isto tinha que arrancar, ou foi uma decisão do ACES que se iniciasse primeiro por S. João da Madeira e só depois por Oliveira de Azeméis? No mínimo que arrancasse na mesma altura em S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis. Já quando se iniciaram os testes, primeiro foi em S. João da Madeira e só passado algum tempo é que se começou a testar em Oliveira de Azeméis. Utilizando uma expressão muito comum sua Senhor Presidente, “eu tenho vergonha” de dizer que em S. João da Madeira é que se iniciam sempre estes procedimentos e não por ter outras condições, ou ter melhores condições. Eu isso também nunca daria de justificação. Segundo ponto, Senhor Presidente: Há uns meses atrás propus que este executivo desenvolvesse um projeto de candidatura de Oliveira de Azeméis a Cidade Europeia do Desporto 2022. Na altura o Senhor Vereador Hélder Simões disse que iria verificar as condições e até estudar essa possibilidade. Gostaria de saber o ponto de situação, se já existe algum estudo ou*

alguma decisão, ou perspectiva de decisão. Depois, relativamente a eventos desportivos, qual é a política para este ano? O que é que está previsto sobre esta matéria até ao final deste ano? Vão existir, ou estão previstos alguns eventos em Oliveira de Azeméis, nacionais ou internacionais, no futsal, no futebol, no ciclismo, no hóquei em patins, no basquetebol, ou outros? E já agora Senhor Presidente, e por estarmos a falar de desporto: Como está a situação do Centro Municipal de Boccia? Terceira questão: Candidatura do vidro Oliveirense a Património Imaterial da Humanidade: O que é que está previsto para este ano? Qual o ponto de situação? Já foi apresentada a candidatura? É preciso não esquecer que este era o grande projeto cultural deste executivo para este mandato. Não sabemos nada relativamente a esta matéria e relativamente ao assunto que o Senhor Presidente falou sobre a nossa declaração de voto: Na última reunião de Câmara nós abstivemo-nos por a proposta relativamente aos contratos interadministrativos de Fajões e Loureiro pretender ser feita com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021. Assim o propôs o Senhor Vereador Hélder Simões, até na sequência da sua apresentação inicial deste ponto. Por esse motivo é que nós nos abstermos com os argumentos que constam da ata que vai hoje ser submetida à votação. Qual foi o nosso espanto Senhor Presidente, quando esta situação de retroatividade não se colocou na Assembleia Municipal. Ou seja, a proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, foi a proposta inicial sem a deliberação da retroatividade. Eu queria perguntar então ao Senhor Presidente, quais são as consequências disso em termos dos contratos administrativos com a Junta de Freguesia de Fajões e de Loureiro, uma vez que não foi aprovado com efeitos retroativos na Assembleia Municipal, nem essa questão foi colocada pelo Senhor Presidente na Assembleia Municipal. Relativamente a estes contratos, o que eu queria perguntar era se o Senhor Presidente irá novamente levá-los à Assembleia Municipal com efeitos retroativos, ou se a deliberação da Assembleia Municipal revogou esta deliberação da Câmara Municipal e é como se esta deliberação dos efeitos retroativos não tivesse acontecido na reunião de Câmara. Eram estes pontos Senhor Presidente.” =====

===== O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao **Senhor Vereador José Campos** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, tem a ver com o requerimento que nós fizemos sobre a taxa de execução ao abrigo do regulamento do empreendedorismo. Não sei se o Senhor Presidente – não nos respondeu ainda -, mas se de alguma forma tem dados para nos responder ao requerimento? Era só.” =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Começaria pela chamada de atenção do Rui Lopes que agradeço e vou naturalmente pedir para verificar se toda a sinalética que está neste momento instalada para avisar e coordenar as obras que estão a acontecer, se está a cumprir a lei e se é suficiente para que os locais e quem nos visita tenham informação necessária para permitir que as pessoas acedam aos equipamentos onde se querem dirigir. Em relação à intervenção da Dra. Carla e sobre a declaração de voto: O que eu referi foi que o parecer jurídico não foi disponibilizado porque ele não existia. Portanto, o que eu

lhe disse foi que tinha informalmente falado com a consultora jurídica que nos falou sobre não haver rigorosamente nenhum problema com a retroatividade e portanto, foi isso que eu vos disse. Aliás, disse para confiarem em mim que não havia nenhum problema a esse respeito, como o parecer jurídico depois acabou por confirmar. Em relação à redução do número de testes que se verificou no país: Naturalmente que também se verificou no concelho, porque os testes são realizados perante critérios, tendo muito menos positivos é evidente que os testes não são alargados aos grupos de contacto desses positivos, há uma redução do número de testes e quero crer que também no nosso concelho tem havido uma redução do número de testes porque o número de testes do país resulta do somatório dos testes que se realizam em todos os concelhos. Portanto, com certeza que o concelho de Oliveira de Azeméis também contribuirá para um abaixamento do número de testes diários que são feitos. Eu julgo que a evolução dos testes no concelho será consentânea com a evolução do país, ou seja, temos também uma redução do número de testes. Sei que o Governo está a preparar campanhas de testagem massiva e portanto, aquilo que esperamos é que essas campanhas de testagem massivas permitam controlar os canais de propagação para evitarmos ter de novo o descontrolo, ou dificuldade no controlo das situações. Em relação à informação sobre a capacidade instalada para a vacinação: Efetivamente o que condiciona a administração, ou atingirmos o objetivo das 400 vacinas por dia não são os recursos humanos, é mesmo a disponibilidade da vacina. Os recursos humanos disponíveis são suficientes para administração destas 400 vacinas, o problema é que efetivamente, como sabe, as vacinas não estão a chegar nos números que estavam contratados para a União Europeia, estão a chegar mais lentamente e portanto, esperamos que esta situação, à medida que seja regularizada e novas vacinas estejam disponíveis que tenhamos condições para atingir estes números. Porque, conforme eu já disse, é isto que nos permite que nós cheguemos mais rapidamente aos 70% que o país anuncia como meta até agosto. Em relação à intervenção do Dr. Ricardo Tavares: Mais uma vez, Dr. Ricardo, não vou estar aqui a explicar-lhe que isto para nós não é uma competição. Não é quem faz primeiro... Quem faz a seguir.... Há sempre alguém que faz em primeiro, há sempre alguém que faz em segundo, há quem ache que é importante estar sempre em primeiro, há quem não valorize isso. Há é quem valorize as respostas serem dadas às pessoas nas melhores condições e que essas condições sejam devidamente preparadas e acauteladas. Portanto, tem sido essa a preocupação. É evidente que nós abrimos depois de S. João da Madeira, mas sabíamos porque articulamos isso. Vale de Cambra que é outro município que faz parte deste ACES ainda não abriu, mas não vem nenhum mal ao mundo por aí porque as pessoas de Vale de Cambra estão também a ser vacinadas. Os grupos de Vale de Cambra estão a ser vacinados e serão vacinados em Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira e logo que existam condições para abrir, será aberto o centro de vacinação em Vale de Cambra. Portanto, em Oliveira de Azeméis só não abrimos o centro de vacinação porque não tínhamos nenhum local disponível que reunisse as características e o nosso Centro de Saúde que, como sabe, alberga a Unidade de Saúde Pública da região, não tinha disponibilidade como nós tivemos para abrir imediatamente no Centro de Saúde de S. João da Madeira, mas depois passado algum tempo, quase uma semana, tivemos que mudar as

instalações do centro de vacinação para a Oliva porque aí sim, tínhamos as condições para atingirmos o número de vacinas que era necessário ter no centro de vacinação em S. João da Madeira. Em relação à candidatura, ou à putativa candidatura à Cidade Europeia do Desporto 2022, o Senhor Vereador dar-lhe-á essa informação se a tiver disponível. Em relação a eventos desportivos previstos para este ano: Não estamos a prever nenhum desses eventos desportivos de grande relevância, como esses que referiu, eventos eventualmente internacionais de futsal ou de outras modalidades. A nossa preocupação é naturalmente criar condições para apoiar as pessoas e recuperar a economia. Como sabe, estes eventos desportivos exigem recursos financeiros avultados, muito expressivos que não estão previstos no orçamento municipal e nós não queremos hipotecar nada daquilo que são as nossas necessidades de apoio às pessoas e à economia por causa de eventos desportivos, que ainda não sabemos e isso não se aplica apenas aos eventos desportivos, faço também extrapolação para os eventos culturais. Ainda não sabemos se vão ser possíveis realizar. Neste momento suspendemos a realização do Mercado à Moda Antiga. Não sabemos se vamos conseguir realizar o 37.20, ou a Noite Branca, ou as Festas de La-Salette, ou outros eventos, sejam eles quais forem. Portanto, nós aquilo que temos que fazer é, não sabendo, não tendo a certeza em relação com o que nos vamos deparando – eu pelo menos não tenho essa certeza – aquilo que vamos fazer é acompanhar a evolução, tomamos a decisão em relação ao Mercado à Moda Antiga, no final deste mês, princípio de abril, vamos analisar a situação, vamos ver também quais são as decisões ao nível do Governo em termos de matéria de desconfinamento progressivo e só depois é que tomaremos a nossa decisão em relação a alguns eventos culturais e alguns eventos desportivos, mas serão eventos sempre de base local e não esses eventos internacionais, ou de grande dimensão que exigem muito planeamento antecipado, muita preparação, que exigem recursos financeiros avultados e que só farão sentido – na minha modesta opinião – se puderem ser desfrutados pelas pessoas. Não sendo possível, não tendo condições para o fazer, pelo menos de forma plena, eu julgo que não se justifica a sua realização. Em relação ao Centro Municipal de Boccia, eu pedia ao Senhor Vereador Rui Luzes Cabral para dar informações sobre esta situação. O Património Imaterial da Humanidade da UNESCO, a classificação da arte vidreira e a sua evolução até aos dias de hoje não é o projeto cultural deste mandato, uma candidatura a Património Imaterial a Humanidade, há candidaturas com dez, quinze anos. As candidaturas demoram muito tempo, têm muitos passos que têm que ser ultrapassados, há muitas coisas que é necessário fazer, há muitas respostas que têm que ser criadas para que quando a candidatura for efetivamente analisada, exista um conjunto de evidências, de demonstrações que permitam que a candidatura tenha viabilidade. Esse trabalho é um trabalho que tem que ser feito e que passa também por criar identidade junto da população. Portanto, evitar que a memória do vidro se perca, passa pelo Sindicato dos Vidreiros do Norte, passa pelo Centro Interpretativo do Vidro, passa pelo nosso Berço Vidreiro, passa eventualmente por criarmos uma dinâmica no local originário do vidro que é na Quinta do Covo, passa eventualmente por nos associarmos à Marinha Grande criando aqui escala e criando aqui sinergias importantes para que a candidatura possa ser aprovada. Enfim, é um longo caminho a

percorrer e nós nunca dissemos que este era um caminho para se fazer em quatro anos, ou o grande projeto cultural do mandato. Essa foi uma afirmação que o Senhor Vereador trouxe agora para a liça, mas que não corresponde à verdade. O nosso projeto cultural – o grande projeto cultural que temos para o concelho – é criar efetivamente, é fazer com que a cultura faça parte do quotidiano dos Oliveirenses, preservando aquilo que é a nossa identidade cultural, os nossos usos, os nossos costumes, as nossas tradições, o nosso movimento associativo, continuarmos a valorizar e a promover o seu dinamismo e, naturalmente, trazendo para o território outras respostas. Respostas não só no domínio da ‘culturalidade’, no domínio do evento, mas também no próprio domínio da formação nas artes plásticas e nas várias dimensões culturais. Esse sim é o verdadeiro projeto cultural que temos para o concelho, é da mesma forma que nós vivemos já hoje, é um facto, o desporto no nosso concelho, possamos também com a mesma intensidade viver cultura no nosso concelho. Portanto, esse é o grande projeto cultural e isso passa pela Casa da Cultura, passa pela ‘Garagem Justino’, pelo nosso Centro de Artes, passa naturalmente por um conjunto de outras respostas que nós vamos ter que implementar no domínio museológico, no domínio das dinâmicas culturais, do teatro, da música, enfim, muito caminho temos a percorrer nesse domínio. Dizer-lhe que esta classificação de Património Imaterial da Humanidade da UNESCO seria absolutamente fundamental para que nós tivéssemos no nosso território algo que era distintivo, algo que obrigaria as pessoas se quisessem ter contacto com essa história do vidro a virem ao nosso concelho e trazerem consigo dinâmicas económicas e sociais que tanto precisamos. Em relação à mesma questão da declaração de voto: Eu sinceramente não me apercebi que quando nós discutimos este ponto, não tenhamos falado na retroatividade não era a janeiro de 2021 conforme o Senhor Vereador disse, era a janeiro de 2020. E portanto, se efetivamente a decisão que foi tomada na Assembleia não incluiu essa retroatividade para essas duas freguesias aquilo que temos que fazer é corrigir a situação e levar para esses casos em concreto, a uma próxima Assembleia Municipal esses investimentos que já foram feitos por essas freguesias e que precisam dessa retroatividade para serem apoiados pela Câmara Municipal. Portanto, eu não me esqueci deliberadamente em falar disso, não tenho nenhum problema em falar das coisas. Simplesmente pensei que aquilo que foi aprovado na reunião de Câmara e não me compete a mim fazê-lo, como compreende, aquilo que foi aprovado na reunião de Câmara foi, ou devia ter sido, melhor dizendo, aquilo que devia ter ido para aprovação na Assembleia Municipal. É assim que as coisas devem funcionar. Portanto, não sou eu que agendo os pontos para Assembleia Municipal, nem sou eu que controlo os pontos que vão à Assembleia Municipal. A minha tarefa resume-se às reuniões de Câmara Municipal. Se existe aqui uma situação que não está correta, temos que a corrigir. É isso que vamos seguramente fazer. Eu vou pedir aos serviços para avaliar, agradeço essa chamada de atenção do Senhor Vereador. Vou pedir aos serviços para avaliarem e estudarem aquilo que tem que ser feito, porque efetivamente o que é facto é que a deliberação foi no sentido de manter o apoio com essa retroatividade a janeiro de 2020, que não era necessário se fosse a janeiro de 2021. Aliás se ouvirem a gravação há uma coisa curiosa... Senhor Vereador Hélder Simões ia dizer dezembro 2020, e depois diz janeiro de

2020. *Que é que ele pensou? Ser a retroatividade a janeiro ou a dezembro é a mesma coisa. Nós não tendo presente – são várias obras – quando é que essa retroatividade se verificou, se tinha sido em dezembro, ou se tinha sido em novembro, ‘ok’ fica em janeiro de 2020 e seguramente apanha todos os meses em termos de retroatividade’, mas efetivamente aquilo que me é dado saber, é que as obras são de novembro, ou dezembro de 2020, portanto, não são assim tão antigas quanto isso e é extremamente importante para as Juntas de Freguesia que também têm tido alguns desafios que não são nada fáceis com esta pandemia ao nível das dificuldades nos recursos, terem também estes apoios. Não estamos a falar de nada muito substancial, sabem disso. Estas obras não são nenhuma fortuna, nem estamos a falar de nada particularmente expressivo, mas para as Juntas de Freguesia, milhares de euros é muito dinheiro e é muito importante. Portanto, se conseguirmos fazer esse apoio e estender esse apoio com essa retroatividade acho que devemos tentar fazê-lo. Agora dava a palavra, em primeiro se calhar ao Senhor Vereador Hélder Simões para falar da candidatura a Cidade Europeia do Desporto e depois ao Senhor Vereador Rui Luzes Cabral para falar sobre o Centro Municipal de Boccia.” =====*

===== Seguidamente, usou da palavra o **Senhor Vereador Hélder Simões** que fez a seguinte intervenção: *“Sobre a questão da Semana Europeia do Desporto, na altura foi conversado com o Gabinete de Desporto e foi entendido que não havia condições. No atual contexto não faria muito sentido estarmos a fazer uma candidatura para correremos o risco de, a ser aprovada, termos por exemplo aquilo que se tem verificado atualmente na Cidade Europeia do Desporto, creio que foi em Odivelas, muito recentemente, sem público e sem grande capacidade para dinamizar um projeto que se queria credível e envolvendo a população. Portanto, limitaram-se praticamente a ter que fazer todas as iniciativas transmitidas na internet, nas redes sociais. Entendemos em parceria com o Gabinete de Desporto que não haveria grandes condições para dinamizar esse projeto neste momento. Aproveitando e se calhar dispensando o Vereador Rui Cabral de falar da questão do Boccia, porque falaria eu... Porque aquilo que nós fizemos nas últimas Normas de Apoio ao Desporto, quando atualizamos um conjunto de modalidades, fizemos também inclusão da modalidade do Boccia nessas normas e portanto, digamos que passamos esta atividade do Boccia para a esfera do desporto. E nesse sentido, o Gabinete de Desporto contactou várias vezes a Cerciaz no sentido de apresentarem as candidaturas e a documentação necessária para que possamos atribuir o apoio para a modalidade de Boccia e aquilo que tivemos como resposta por parte da Cerciaz, é que a época 2019/2020 não tinham na altura condições para apresentar documentação que era necessária para enquadrar o pedido e que para a época 2020/2021 não iam dinamizar a modalidade desportiva, não estavam criadas condições, não tinham condições. Admito que neste contexto de pandemia tenham abdicado, à semelhança de muitas outras coletividades, da sua atividade de Boccia. Portanto, era isto que importava se calhar dizer neste momento. Da nossa parte quisemos proativamente, até porque está previsto esse apoio ao Centro Municipal de Boccia - que era dinamizado pela Cerciaz -, quisemos atribuir esse apoio, mas não estando criadas as condições para o efeito, não o podemos atribuir.” =====*

=====
Pelo Senhor Presidente foi dito: “Eu peço desculpa, porque o José Campos tinha feito uma questão e eu não tinha respondido. Eu ainda não tenho informação sobre os requerimentos para o apoio ao empreendedorismo. Foi pedido ao serviço, mas ainda não tenho essa informação. O que eu lhe posso dizer é que até ao momento ainda não me chegou nenhum projeto para eu analisar. Eu sou responsável pela sua análise e até ao momento não chegou nenhum projeto para analisarmos. Conforme já lhe disse não estou com grandes expectativas em relação ao empreendedorismo nesta fase. Eu julgo que vai ser muito difícil termos as dinâmicas que seriam se calhar normais – vou utilizar este termo – se não tivéssemos tido a pandemia. Eu julgo que neste momento ainda há muita expectativa e alguma apreensão por parte das pessoas em relação ao futuro. Eu julgo que as pessoas estão à espera, enfim, de perceber o que é que vai acontecer em termos de desconfinamento e de alguma retoma de atividade, seja em que domínio for. Fico preocupadíssimo hoje quando vejo notícias de que provavelmente 25% dos hotéis, ou dos alojamentos poderão não abrir. Compreendo que um empreendedor invista na área onde se sente confortável, ou na área onde tem conhecimento, ou na área onde acha que há perspetivas de sucesso. Eu compreendo que um empreendedor no domínio do turismo, neste momento, se calhar não se sinta confortável para investir nessa área, face à informação que é produzida. A mesma coisa se passa em relação a um conjunto de setores de atividade, onde há claramente dificuldades. Nós temos mesmo no nosso concelho, alguns setores de atividade como o calçado e outros, com muitos problemas, porque efetivamente os seus mercados não estão a funcionar, estão parados, ou com a atividade fortemente reduzida, o que condiciona naturalmente aquela confiança que deve existir para que o investidor tome a sua decisão de avançar. Agora, eu acho que é importante que nós tenhamos consciência do seguinte: os instrumentos existem, vamos publicá-los até a exaustão e depois aquilo que vamos procurar fazer é envolver, não temos muitos agentes, deixem que vos diga, mas temos alguns, mas vamos procurar envolver a Associação Comercial, a Associação Empresarial, as próprias direções de Agrupamento, embora não sejam essas que imediatamente mandem as pessoas para o mercado de trabalho mas temos o ensino profissional, temos o ensino secundário. Há pessoas que depois não avançam na sua carreira académica, temos também os estabelecimentos de ensino superior, esses sim, podem ajudar-nos a criar aqui alguma dinâmica no sentido de nós termos projetos a aparecer. E eventualmente também procurar fazer algum caminho que sinceramente não tenho problema nenhum em reconhecer que ainda não foi feito também para atrairmos startups para encubarmos empresas, para criarmos um ambiente amigável... Eu acho que as pessoas ainda não olham para o nosso território, como um território amigável para este tipo de dinâmicas e de investimento. Aliás, eu até atrever-me-ia a dizer que a própria região tem algumas dificuldades nesse domínio, contrariamente ao que por exemplo acontece em Braga, em Guimarães, ou na Maia. Mas há realmente municípios neste país, alguns até no interior, que fizeram esse caminho e hoje são referências. Portanto, é esse o caminho que temos que fazer em Oliveira de Azeméis. Também S. João da Madeira está um pouco mais avançada porque como sabem, o projeto SANJOTEC é um projeto de grande sucesso. Os dois edifícios disponíveis estão completamente tomados. Nós

naturalmente se tivéssemos uma resposta dessa natureza, eu não tenho dúvidas que eventualmente poderíamos ter em determinados domínios, não em todos como é evidente, algumas empresas interessadas em avançar com projetos de empreendedorismo. O que é facto, é que neste momento o que temos para disponibilizar são apoios de natureza financeira, logística, técnica, etc., mas as pessoas têm que se desenrascar.... Têm que arranjar o local, têm que arrendar ou comprar, têm que criar condições para que o seu negócio avance e muitas vezes isso não é fácil, muitas vezes não existe sequer disponibilidade de espaços adequados. Este é um trabalho que está muito longe sequer de estar no seu início. Isto é mesmo algo de muito embrionário porque passa pela construção de um conjunto de dinâmicas que muito sinceramente não existem ainda no nosso território. Apesar do enormíssimo e extraordinário dinamismo empresarial, nós não temos uma dinâmica semelhante neste domínio. Eu depois vou fazer-vos chegar, porque acho que é interessante termos essa informação sobre os dados que temos no nosso concelho, em termos do empreendedorismo nos últimos anos, e vocês percebem que realmente temos aqui um caminho muito grande a percorrer, porque efetivamente se olharmos para aquilo que aconteceu no nosso concelho nos últimos dez anos, o município de Oliveira de Azeméis – só para terem uma ideia – investiu, e estou a falar de valor reembolsável, 25 000,00€. Por exemplo em termos de projetos que tínhamos, era o “Finicia”, “Azeméis Youth Business”, os projetos tiveram empréstimos de 280 000,00€, desses 280 000,00€ o BPI financiou 80% desse valor e a Câmara 20%. A Câmara investiu 25 000,00€ em valor reembolsável e 30 000,00€ a fundo perdido. Portanto, o que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós nos últimos dez anos investimos em média 5 000,00€ por ano em empreendedorismo, ou a apoiar novos negócios. Porque empreendedorismo não é só este conceito de aparecer qualquer coisa. Nós percebemos que há aqui um longo caminho a percorrer e era desejável que o percorrêssemos. Sinceramente se me perguntarem quando, não tenho resposta para isso. Ainda não sei quando é que nós vamos conseguir criar condições para que os investidores olhem para Oliveira de Azeméis como um território que tem todas as condições para os negócios vingarem, para ser um território de oportunidades... Atenção, deixo-vos isto muito claro caros colegas, isto não vai ter sucesso se for só um esforço da Câmara Municipal, não pensem que se a Câmara Municipal fizer um determinado percurso e a própria sociedade civil, as empresas, os estabelecimentos de ensino, o Governo, não apoiarem este caminho, vai ser muito difícil. E por isso é que eu digo que este caminho tem que ser trilhado olhando para a região e não apenas para o concelho de Oliveira de Azeméis. Porquê? Porque temos um conjunto de sinergias que são importantes e que temos que escalar, que temos que interligar para que o território tenha ranking e capacidade para atrair investimento e empreendedores. É isso que queremos. Eu sei que, e merece-me todo o respeito, atenção, as pessoas que empreendem num dado domínio e que começam com o seu pequeno negócio seja ele qual for, mas eu estou a falar também de empreendedorismo que depois se traduz em empresas de valor global. Estou a falar de empreendedorismo que depois permite que alavancuemos aqui negócios que tenham escala regional, nacional e até internacional. Eu estou a falar desse empreendedorismo, não estou a falar de alguém que abre o seu negócio, começa a trabalhar produtos locais, ou produtos biológicos,

ou uma nova embalagem. Isso é importante, são iniciativas empresariais que merecem ser apoiadas – micro negócios – mas eu estou a falar do empreendedorismo mais numa base de criação de grande valor acrescentado para as nossas empresas, de transformar o nosso concelho num concelho onde se produz e se exporta conhecimento. É mais nessa perspetiva que eu vejo o empreendedorismo, do que numa perspetiva de aparecimento do pulular de um conjunto de negócios que muitas vezes não têm condições para sobreviver e morrem. Alguns destes negócios que vos falei e que foram apoiados nos últimos anos, uns oito ou nove, suponho que no âmbito do “Finicia”, alguns destes negócios já não existem, não é? Portanto, foram negócios que não tiveram enfim, se calhar todas as condições também para sobreviver. Se calhar a responsabilidade é nossa, não é só dos empreendedores. Era isto que eu tinha para vos dizer. Peço desculpa ao José Campos porque efetivamente não lhe ia responder, mas não lhe ia responder porque tomei nota da sua intervenção num cantinho e não a estava a ver. Mais alguma questão?” =====

*===== O Senhor Presidente voltou a conceder o uso da palavra ao **Senhor Vereador Ricardo Tavares** que fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente só duas questões: Relativamente ao parecer jurídico, o Senhor Presidente disse que nos foi enviado, foi junto e eu se calhar, é um lapso meu, não recebi nenhum parecer jurídico sobre aquele ponto do contrato interadministrativo. Isso foi-nos enviado por e-mail?” **Senhor Presidente**: “Não lhe sei responder a isso, pensei que tinha sido enviado.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares**: “Então, se fosse possível, agradecia que nos fosse enviado...” **Senhor Presidente**: “Eu julgo, se tiver a dizer alguma inverdade ... eu julgo que até foi pedido para ser distribuído pelos membros da Assembleia Municipal.” **Senhor Vereador Hélder Simões**: “Eu tanto quanto sei, chegou pelo menos aos líderes dos grupos municipais... Sei que chegou, foi enviado precisamente porque a perspetiva era que o ponto fosse discutido com a questão da retroatividade.” **Senhor Presidente**: “Mas eu posso confirmar se foi enviado ou não, mas a informação que tenho é que foi enviado.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares**: “Pronto, mas eu não recebi.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**: “Desculpem, mas se pudesse ser enviado para nós, porque nós não recebemos.” **Senhor Presidente**: “Claro que pode.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**: “Obrigada.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares**: “Outra questão, era se o Senhor Presidente sabe, ou se tem essa informação: Quantas vacinas é que chegaram ao nosso concelho? Tem informação do ACES?” **Senhor Presidente**: “Neste momento a informação que tenho sobre as vacinas que chegaram ao nosso concelho são estas que nós estamos a administrar, são as 180 de ontem, as 240 de hoje e as 150 de amanhã. Não se programaram, nem se fizeram contactos para o fim-de-semana porque não havia informação sobre a entrega de mais vacinas. Portanto, pelo que eu percebi e isto é a informação que recolhi ontem numa visita que fiz com a Senhora Vereadora Inês Lamego ao Centro de Vacinação, é de que estas coisas variam muito. Ou seja, não há nenhuma estabilidade. A informação que se tem muitas vezes é recebida em cima da hora, e muitas vezes também pelo que percebo, a informação que é disponibilizada é alterada, ou seja, não se consegue cumprir em termos de disponibilidade das vacinas. Eu vou tentando obter semanalmente o número de vacinas*

que vamos recebendo e vou transmitindo, percebendo, e depois daquilo que nos foi dito, foi que vamos ter ali em simultâneo a administração da segunda dose com a administração da primeira dose. Portanto, vamos ter esses casos a acontecer em simultâneo e portanto, vamos tentar perceber se aquele número das 400 vacinas por dia é possível de atingir. Se for possível atingir teremos previsivelmente 10/12 000 Oliveirenses a serem vacinados por mês e portanto, esses 12 000 por mês alinha com aquela meta dos 70% até agosto, se vierem 200, desalinha com essa meta, aqui e no país. É tudo uma questão das vacinas nos chegarem. Nós não temos nenhuma interferência nesse processo, estamos completamente alheios a esse processo, a informação que recebemos é quando a pedimos. Vamos continuar a pedir informação sobre o número de vacinas que administramos diariamente e que corresponderão em larga medida às vacinas que recebemos. Sei que, tranquilizando as pessoas, embora isto possa correr mal, está previsto que caso as pessoas falhem há sempre uma lista de reserva de pessoas a contactar para administrar essas vacinas aos utentes que estão marcados e por qualquer motivo, ou se esqueceram ou passaram mal a noite, ou o transporte que tinham não aconteceu, portanto, estão sempre preparadas pessoas de reserva para que não se percam vacinas. O ACES faz esse trabalho. Agora em relação ao número de vacinas, eles têm previsão do que vão receber, mas quase nunca as coisas funcionam, há sempre aqui alguns problemas com a regularidade do fornecimento e isso tem a ver com as farmacêuticas, não tenho dúvidas nenhuma.” =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos: - Modificação Orçamental n.º 06/2021; - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 13.02.2021 a 25.02.2021; - Relatório do Ambiente Acústico emitido pelo Núcleo de Competências de Ambiente e Conservação da Natureza. =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 83 (reunião ordinária de 18 de fevereiro de 2021), a qual foi aprovada por unanimidade. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – REPRESENTATIVIDADE – ATLETAS INDIVIDUAIS (I/12263/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “O Município de Oliveira de Azeméis, reconhecendo o Desporto como uma área determinante no desenvolvimento da sociedade, pelo papel que tem na promoção da saúde, na formação dos cidadãos e na valorização de territórios, institui uma medida de apoio financeiro a atletas individuais, que participam em competições de âmbito

nacional e/ou internacional. O Município de Oliveira de Azeméis, no âmbito das suas competências e atribuições e com esta ação pretende promover uma visão que perspetive o desporto como um espaço que transcende o simples desenvolvimento físico, apresentando-o, sobretudo, como um espaço de formação moral e social. Uma prática desportiva que coloca a criança, o/a jovem e o/a adulto/a em confronto com exigências progressivamente acrescidas está a contribuir para uma personalidade forte e, simultaneamente, a prepará-lo/a para os desafios que terá que enfrentar ao longo da vida. Assim considerando: - A aprovação das Normas / Diretrizes e Procedimentos para Atribuição de Apoios ao Desporto, aprovadas pela Câmara Municipal em 21 de junho de 2018 e na Assembleia Municipal em 30 de junho de 2018, e posterior retificação em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, a 8 de novembro de 2018 e a 15 de dezembro de 2018, respetivamente; - O ponto 8.1.2 – Apoio à representatividade, esclarece que esta medida pretende apoiar financeiramente as atividades realizadas por Atletas Individuais, nomeadamente as que resultem de participação oficial em competições desportiva de caráter regional, nacional ou internacional, cuja atividade desportiva pela sua expressão e representatividade constituem um estímulo para o desenvolvimento da modalidade e um meio de divulgação do Município; - O despacho do Senhor Vereador Helder Simões, de 10/07/2020, que procedeu à abertura do prazo para apresentação de Candidaturas no Âmbito das Normas/Diretrizes e Procedimentos para atribuição de Apoios ao Desporto, para a Medida 1 – Apoio ao Desenvolvimento Desportivo de atividade física regular – Apoio de Representatividade – Atletas Individuais (9.2.1.2.2) época 2020; - Que de acordo com a Lista em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), foram avaliados e analisados os documentos entregues, tendo em consideração as classificações obtidas em provas nacionais e internacionais, o número de provas participadas e a evolução dos atletas; - Que para o calculo dos apoios financeiros foram considerados os documentos justificativos entregues, com exceção para os atletas que tinham que se deslocar em viatura própria (atletismo e motociclismo) em que foram considerados os valores da tabela de ajudas de custo de acordo com a Portaria 1553-D/2008, de 31/12, após Decreto – Lei 137/2010, de 28/12, e Lei 66-B/2012, de 31/12, (em vigor desde 01/01/2013), pelo que resultou a Lista Final. Proponho que a câmara delibere aprovar: - Um apoio financeiro no âmbito da Medida 1 – Apoio ao Desenvolvimento de atividade física regular – Apoio de Representatividade – Atletas Individuais, no valor total de 3.446,82€ (três mil quatrocentos e quarenta seis euros e oitenta dois cêntimos), aos Atletas mencionados conforme mapa abaixo;

ENTIDADE			TOTAL DAS	ATRIBUIÇÃO
NIF	NOME	MODALIDADE	DESPESAS	
220877610	João Oliveira Moreira Domingues	Ténis	6 099,82€	1 000,00€
273560891	Eva Beatriz Sousa Gonçalves	Atletismo	680,00€	500,00€

227405242	João Rebelo Martins	Desporto Motorizado	26 685,89€	500,00€
250441799	Renato José Gomes da Silva	Motocross e Enduro	1 695,00€	446,82€
241373816	João Miguel Frutuoso Ferreira	Ténis	7 146,90€	1 000,00€
			TOTAL	3 446,82€

- *Que o pagamento dos valores mencionados para cada atleta, sejam disponibilizados durante o mês de março do ano em curso; Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo aos compromissos de fundo disponível n.ºs 554, 555, 556, 557 e 558 de 2021, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-lei n.º127/2012 de 21 de junho.” Pelo Senhor Vereador Rui Lopes foi feita a seguinte intervenção: “A Câmara Municipal, neste momento, encontra-se a realizar um procedimento relativamente ao Regulamento do Apoio ao Associativismo e eu acho que é oportuno deixar aqui este comentário no que diz respeito à questão dos atletas a nível individual. Parece-me que os valores que estão atribuídos e quando comparados com aquilo que são os valores que a Câmara Municipal tem vindo a considerar para os desportos coletivos, parece-me que não há, ou que poderia haver outro tipo de equilíbrio. Deixar aqui este comentário para a Câmara aproveitar este período de tempo enquanto decorre o procedimento deste regulamento para poder reconsiderar e reajustar estes valores monetários de uma forma mais equilibrada.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== O Senhor Vereador Hélder Simões ausentou-se da reunião. =====

===== **MEDIDAS DE EMERGÊNCIA SOCIAL E ECONÓMICA 2021 – APOIO À COMUNICAÇÃO SOCIAL LOCAL POR VIA DA AQUISIÇÃO DE PUBLICIDADE (I/12637/2021) – APROVAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O quadro pandémico que tem implicado efeitos negativos relevantes na esfera da atividade económica e social; - Que desde o início de novembro de 2020 tem vindo a ser sucessivamente renovada a declaração do estado de emergência com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, tendo justificado as sucessivas renovações, sendo a atual proferida pelo Decreto do Presidente da República n.º 11-A/2021, de 11 fevereiro, e objeto de regulamentação pelo Decreto do Governo n.º 3-A/2021, que viu prorrogado os seus efeitos, pelo decreto n.º 3-E/2021, de 12 fevereiro; - Que na reunião de Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2020, foi aprovado o Quadro de Medidas Excepcionais de Emergência Social e Económica Municipal – Covid 19 - para o ano de 2021, estando previsto um valor de 10.000€ para apoio à Comunicação Social Local, pela aquisição de publicidade antecipada mediante regras de contratação pública; - Que o Município de Oliveira de Azeméis está fortemente empenhado em ser um agente solidário importante, ativo e com capacidade nos processos de

combate à pandemia Covid 19, conducentes a minorar as dificuldades e a reduzir o impacto das medidas restritivas adotadas, de forma a mitigar os seus efeitos subsequentes, importando por isso, reforçar, no presente, as medidas de apoio social e económico nas suas diferentes dimensões;

- Que a Lei da imprensa – Lei n.º 2/99 de 13 de Janeiro, na sua atual redação, entre outros estabelece: “tendo em vista assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, o Estado organizará um sistema de incentivos não discriminatórios de apoio à imprensa, baseado em critérios gerais e objetivos, a determinar em lei específica” (cf. art.º 4º, n.º 1 da citada lei); - A necessidade de materializar, ao abrigo dos princípios basilares da legalidade (art.º 3º do CPA), do interesse público (art.º 4º do CPA), da igualdade e proporcionalidade (art.º 6º e 7º do CPA), da justiça e razoabilidade (art.º 8º do CPA), da imparcialidade e da boa-fé (art.º 9º e 10º do CPA), da boa administração (art.º 5º do CPA) e da prudência de gestão, conjugado com a Lei n.º 2/99 e posteriores alterações, e ainda nos termos do regime do Código dos Contratos Públicos. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar, nos termos, fundamentos e normas retrocitadas, A medida excecional e pontual de minimização às entidades e agentes de comunicação social local, devidamente registados e habilitados pela ERC, aplicável no âmbito de ações da pandemia – Covid 19, entre outras, visando a divulgação de medidas, de esclarecimentos e ações de sensibilização, bem como aos demais agentes e entidades, relativamente a medidas de apoio municipal excecional à pandemia, bem como nas ações e medidas de proteção e prevenção da saúde, regras da DGS sobre diferentes domínios de atividade, regras de utilização de equipamentos, máscaras e EPI’s, nas campanha e fase de vacinação, medidas e ações da proteção civil ou qualquer outra atividade ou informação de interesse geral para a população decorrentes da atividade municipal, a desenvolver tendo por base a lei da imprensa e assentando nas regras, normas e procedimentos previstos no regime do CCP e demais regimes aplicáveis em função da natureza dos serviços de publicidade em apreço, em conformidade com os critérios, condições e limites definidos no quadro em anexo (documento esse que ficar arquivado em pasta anexa ao livro de atas).”

Pelo Senhor Presidente foram dadas explicações sobre as propostas em análise, as quais foram objeto das seguintes intervenções:

Senhor Vereador Ricardo Tavares: “Eu confesso que tenho algumas dificuldades em perceber estes critérios. O Senhor Presidente agora confirmou o que eu, relativamente a esse assunto tinha percebido, mas há aqui umas letras pequenas, na alínea a) que diz o seguinte: ‘A Câmara Municipal reserva-se ao direito de negociar as publicidades mediante tabelas de preço apresentadas, assim como a decisão de investimento. No caso de propostas de meios do mesmo grupo, a Câmara Municipal reserva-se ao direito de decisão de adjudicação apenas a um dos meios.’ Se existem aqui grupos que têm mais do que um meio, significa ou não –faço esta pergunta –, estes 10 000,00€ podem até não ser distribuídos.”

Senhor Presidente: “Podem não ser distribuídos? Não percebi.”

Senhor Vereador Ricardo Tavares: “Por causa desta cláusula, alínea a).”

Senhor Presidente: “Não, a cláusula não quer dizer isso. A cláusula quer dizer o seguinte, sem estarmos aqui a particularizar que não é isso que interessa. Imaginemos que um grupo tem duas rádios...”

Senhor Vereador Ricardo Tavares: “Há aqui um grupo a preencher

esse requisito.” **Senhor Presidente:** “Pronto... Mas imagine que o grupo tem imprensa escrita e tem rádio, recebe o apoio para a imprensa escrita e para a rádio.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Mas não é isso que diz aqui Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “Diz.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “... ‘No caso de propostas de meios do mesmo grupo...’ **Senhor Presidente:** “Propostas de meios do mesmo grupo, é propostas do mesmo grupo dentro do mesmo tipo de meio de comunicação social. Ou seja, imagine, há um grupo que tem um jornal físico, uma rádio e um jornal on-line, candidata-se aos três apoios nas três áreas.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Vamos aqui falar frontalmente. Por exemplo, o Correio de Azeméis tem a Azeméis FM e a Voz do Caima. Candidata-se com as duas rádios. Tem direito a receber dos dois ou não?” **Senhor Presidente:** “Não. Candidata-se com o Jornal Correio de Azeméis, tem direito a receber pelo Jornal Correio de Azeméis. Candidata-se com as duas rádios, a Câmara reserva-se no direito de atribuir o apoio apenas a uma delas para que as outras rádios, se existirem, não fiquem sem nenhum tipo de apoio nesta componente das rádios.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Mas aqui na rádio difusão tradicional não existem outras rádios de outros proprietários.” **Senhor Presidente:** “Como nós fomos confrontados com a existência de várias rádios novas que apareceram no domínio dos apoios, não nos atrevemos a ir por aí. Portanto, se não houver problema ele recebe a totalidade do apoio, se houver problema não recebe a totalidade do apoio. Foi uma surpresa para nós, eu pelo menos não sabia da sua existência, portanto...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Mas difusão tradicional?” **Senhor Presidente:** “Essas não, isso é diferente porque elas têm que ter licença, rádios web. Na difusão tradicional, acho que o problema não se coloca.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Pois, nem nisso, nem na imprensa escrita.” **Senhor Presidente:** “Mas Ricardo, nós não fazemos um...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Exato, mas Senhor Presidente, não há dúvida nenhuma que houve aqui um cuidado quase científico na elaboração de critérios. O que é que eu acho Senhor Presidente? Que este apoio dos 10 000,00€ não vai ser atribuído porque nós até tínhamos pedido... Nós, no dia 5 de novembro de 2020, chegamos a propor um apoio de 25 000,00€... E não vai ser dado por causa destes critérios...” **Senhor Presidente:** “Ricardo, os 10 000,00€ vão ser integralmente atribuídos. Não percebo qual é a confusão. Integralmente atribuídos.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Eu só dei o exemplo...” **Senhor Presidente:** “Ricardo, o jornal em papel tem uma verba de 5 000,00€, correto? Se só houver um jornal em papel ele recebe os 5 000,00€.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Certo, mas se o dono do jornal em papel, for o dono da rádio difusão tradicional, das rádios difusão tradicional que por acaso coincidem...” **Senhor Presidente:** “Recebe 8 000,00€.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Então não é isso que está aqui a dizer.” **Senhor Presidente:** “É.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Ok, nesse caso já estou a perceber. Então, atendendo às circunstâncias, nem eram precisas estas cláusulas pequeninas.” **Senhor Presidente:** “Mas nós quisemos fazer uma coisa que tivesse a ver com a realidade e com aquilo que está a ser feito noutros lados. Portanto, nós temos aqui uma verba de 10 000,00€ que vai ser integralmente atribuída e a distribuição é: 5 000,00€ para quem tiver imprensa escrita, 3 000,00€ para quem tiver rádio difusão e os outros 2 000,00€, são para as componentes web, digitais.” **Senhor**

Vereador Ricardo Tavares: “Ok, Senhor Presidente já percebi o critério, mas permita-me que lhe diga que isto não é um apoio Covid, isto não é um apoio à comunicação social local através das chamadas ‘Medidas de Emergência Social e Económica 2021’ derivado da situação pandémica. Porque este apoio se fosse fundamentado e derivado da situação de pandemia, implicava o reconhecimento municipal da importância da comunicação social e dos órgãos de informação para a democracia, para a discussão e debate democrático local, para a informação esclarecida dos Oliveirenses e o reconhecimento municipal derivado da falta de pagamento das assinaturas de alguns assinantes que certamente ocorreu, a falta de patrocínios que existe atualmente, a redução da atividade, a quebra de receitas. Esse reconhecimento municipal da quebra de receitas dos órgãos e dos meios de comunicação social é que originaria esse apoio emergente da situação de pandemia ao abrigo destas medidas excecionais que foram aprovadas de ‘Medidas de Emergência Social e Económica 2021’. O que o Senhor Presidente aqui nos traz é um apoio, um pagamento de 10 000,00€ para comprar publicidade, ou seja, não está a apoiar ninguém. Os órgãos visados prestam o serviço que é necessário prestar e o Senhor Presidente paga o serviço, como sempre teria de o fazer, ao abrigo segundo diz, das regras de contratação pública. Nós vamos votar este apoio Senhor Presidente, porque nós assim também o propusemos, mas nós propusemos um valor superior porque é necessário, os órgãos de comunicação social local precisam desse apoio e gostaríamos que esse valor viesse ao longo do ano a ser no mínimo, duplicado. Tememos pelo desaparecimento dos nossos jornais locais e da nossa comunicação social, da nossa rádio e televisão locais. O Senhor Presidente poder-me-á dizer ‘isto é rigor na gestão’. Senhor Presidente, mas é por causa destas situações, e o Senhor Presidente às vezes irrita-se, que o Tribunal de Contas vem dizer que o município é dos que menos apoia as... neste caso, foram as pessoas e as famílias Oliveirenses, mas poder-se-á dizer a comunicação social, as associações, as coletividades e as empresas Oliveirenses.” **Senhor Presidente:** “Ricardo, há uma coisa que eu tenho procurado fazer desde que ocupo estas funções e julgo, pelo menos tenho tentado, poderei não ter sucesso, mas tenho tentado... É trazer algum rigor e alguma elevação para as nossas discussões, porque eu acho que isso é muito importante. E quando eu digo que um executivo é composto por nove elementos, é porque eu acho que esses nove elementos têm contributos importantes para dar para a discussão e tem contributos importantes para melhorar a vida das pessoas. Portanto, eu não acho que só eu, ou o meu executivo é que temos a capacidade para transformar o território e para fazer coisas bem feitas. Eu acho que tenho nove pessoas e devo aproveitar essas nove pessoas. Agora é evidente Ricardo, eu fico aborrecido quando nós produzimos esse tipo de afirmações que ao fim e ao cabo nos colocam sempre como um concelho de coitadinhos, porque o Tribunal de Contas vem dizer que efetivamente nós não apoiamos coisa nenhuma. Ricardo, se o Ricardo me trouxe aqui...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, mas não é só o Tribunal de Contas. Nós também dizemos isso. Mas eu até só me sirvo do Tribunal de Contas que eu sei que o Senhor Presidente relativamente a nós... Todas as nossas propostas são mandadas para canto. Mais tarde, algumas são reconhecidas, mas por outros valores e por outros montantes...” **Senhor Presidente:** “Pronto, essa discussão, quando quiser

podemos tê-la com toda a seriedade e com toda a serenidade. Não há problema rigorosamente nenhum e portanto, quando quiser fazê-lo, nós fazemo-lo, reservamos um bocadinho de uma reunião e conversamos sobre isso. O que lhe estou a dizer é que se o Ricardo chegar aqui com uma relação dos apoios dados pela Câmara de S. João da Madeira, de Vale de Cambra, de Santa Maria da Feira, de Estarreja, de Ovar, de Albergaria e confrontar com os apoios dados pela Câmara de Oliveira de Azeméis, com introdução do IMI, sem introdução do IMI, faça como entender, então nós temos uma conversa séria sobre aquilo que foi investimento direcionado para o apoio à economia e às pessoas. Agora, quando me está a referir o exemplo do Tribunal de Contas e sabe o que é que esse exemplo traduz... bem, então, por amor de Deus. Quer dizer, então a conversa não é uma conversa com a tal elevação que eu acho que é necessária. Porque eu podia não ter feito nenhum contrato que fosse comunicado ao Tribunal de Contas, nenhuma compra através de um portal ou seja o que for e ter apoiado cinco vezes mais do que qualquer outro município. Isso é uma discussão que tem que ser tida no plano em que deve ser tida e portanto, acho sinceramente que fará sentido nós termos essa discussão. Acho que neste momento o que importa, é nós continuarmos a olhar para o problema porque ele existe e continuarmos atentos e a criar respostas para proteger as pessoas. É isso que estamos a fazer. Depois, essa discussão política mais intensa de quem apoiou mais ou de quem apoiou menos, de quem apoiou o que devia ou não devia, poderemos fazê-la porque haverá o tempo para o fazermos localmente e também não tenho dúvidas nenhuma, em termos nacionais. Em relação ao apoio à comunicação social: Ricardo, nós temos a perspetiva de que o que a comunicação social pretende é efetivamente trabalho. E nós quando compramos refeições para apoiar as famílias carenciadas, nós não entregamos de borla o dinheiro aos restaurantes, eles tiveram que fornecer uma refeição para receberem o dinheiro dessa refeição. Portanto, aquilo que as empresas reclamam, aquilo que eu tenho ouvido dizer é, 'nós queremos trabalhar', 'nós queremos voltar à normalidade'. Repare, se quisermos ser rigorosos, não vão ser os apoios da Câmara Municipal, sejam 10 ou 25 000,00€ que vão salvar o nosso jornal e a nossa rádio. O nosso jornal e a nossa rádio precisam desesperadamente de atividade, precisam da publicidade dos vários clientes que têm. E as nossas empresas, os nossos restaurantes não se vão safar seguramente com o apoio da Câmara Municipal. Nem a nossa economia se vai safar com o apoio do Governo. Nós precisamos de começar a retomar a nossa atividade para que os nossos negócios, aqueles que ainda têm possibilidade e alguma viabilidade, comecem a trabalhar e é isso que as empresas querem, sejam as de comunicação social, sejam as outras. Porque eles sabem que não podem viver por muito tempo, nem existe disponibilidade financeira para o fazer, seja pelas autarquias, seja pelo Governo para manter esta situação muito mais tempo. Aliás, as fragilidades são mais que muitas, toda a gente reclama que os apoios são insuficientes e não dão para rigorosamente nada. Porquê? Porque a contas, em muitos casos, mantêm-se. Portanto, aquilo que fazemos são meros paliativos. É ajudar um bocadinho a atenuar os problemas das pessoas, mas o problema é bem mais sério do que isto, do que 10 000,00€ ou 25 000,00€. Mesmo que estivéssemos a falar de 100 000,00€, é melhor do que 10 000,00€ e muito melhor do que 25 000,00€, mas não salva uma empresa de

comunicação social se ela não tiver uma perspectiva de rapidamente retomar a sua atividade. Portanto, é essa a nossa preocupação, é de termos este problema da pandemia ultrapassado. Nunca estará, se calhar vai fazer para sempre parte das nossas vidas, mas pelo menos o problema estar num plano que nos permita algum retorno à normalidade. É isso que as empresas ambicionam e é isso que nós achamos que também é importante que aconteça porque efetivamente eu não estou a ver fornecedores da Câmara a viver com algum apoio que a Câmara lhes dê para eles se irem mantendo mais um mês ou dois. O que eles querem é que a Câmara esteja a trabalhar normalmente para que a Câmara lhes faça as compras que habitualmente lhes faz e que a economia esteja a funcionar. Eu julgo que estes 10 000,00€ serão bem-vindos pela nossa comunicação social local e é evidente que à semelhança do que aconteceu com outras medidas, eu sempre disse isto, se for necessário estaremos aqui disponíveis para reforçar isto, não comprometendo naturalmente um conjunto de coisas que são importantes e que acontecem ao mesmo tempo. Agora, não tenhamos ilusões de que isto é solução para o problema das pessoas. Quem pensa isto está completamente desfasado da realidade e está a contribuir negativamente para uma discussão que tem que ser séria e que é uma discussão sobre o nosso futuro.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Senhor Presidente, eu queria só fazer um comentário de acordo com aquilo que explicou e com os critérios que aqui estão. Então eu constato que destes 10 000,00€, 8 000,00€ são para o mesmo grupo e depois os outros órgãos de comunicação social terão que ratear entre eles os remanescentes 2 000,00€. É óbvio que é o maior grupo que temos, mas não podia deixar de dizer que registo que há aqui um claro desequilíbrio.” **Senhor Presidente:** “Como sabe não fui eu que fiz os critérios, não é? Foram os serviços que fizeram os critérios e fizeram julgo eu, com uma base de racionalidade. Não sei. Posso dizer-lhe que em termos um bocadinho empíricos, eu acho que quem tem mais fragilidades, com todo o respeito, faço sempre isto num plano de respeito por todos, não sei se estas rádios on-line ou jornais on-line têm o mesmo tipo de responsabilidade de quem tem um conjunto de quadros, de recursos humanos que fazem parte dos quadros da empresa e um conjunto de meios completamente diferentes para a promoção da sua atividade. Eu quero crer que um jornal on-line em termos de recursos, precise de muito menos do que um jornal em papel. Acho que devemos olhar para aquilo que cada um representa, até para a sua periodicidade, para a importância que tem para a própria comunidade e em função disso, foram estabelecidos um conjunto de critérios. Em relação à verba a distribuir pelo jornal on-line, 1 250,00€, e pelas rádios web, não sei quantas rádios web teremos no concelho, mas não serão seguramente muitas nem muito expressivas em termos dos recursos humanos que têm afetos ao desempenho da sua atividade... olhe, foram os critérios que os serviços entenderam como sendo os mais justos. Serão discutíveis como quaisquer outros critérios que viéssemos a discutir, como é evidente. Mas registo aquilo que disse.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE DOIS PRÉDIOS RÚSTICOS SITOS NA FREGUESIA DE FAJÕES (I/12925/2021) – RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que no âmbito da candidatura POSEUR-02-1810-FC-000437 - “Acessos a Pontos de Água de 1ª Ordem de Oliveira de Azeméis”, este Município comprometeu-se a adquirir e instalar reservatório/ponto de água para apoio ao combate a incêndios florestais, em espaço servido por um dos caminhos florestais rehabilitados no âmbito do financiamento em apreço; - Que já foi adquirido pelo MOA o depósito de água a instalar em terreno com acesso direto a um desses caminhos alvo de beneficiação, tendo sido identificada uma zona de grande continuidade florestal na Freguesia de Fajões, como sendo aquela que, no imediato, mais beneficiaria desta resposta em situação de necessidade de intervenção de viaturas de combate a incêndio (terrestres e/ou aéreas); -Que foram identificados os terrenos a adquirir, com a localização aproximada identificada na planta em anexo (artigos R-1466 e R-1467) como cumprindo com os requisitos fixados na candidatura supra mencionada, com a mais-valia acrescida de ser um espaço que é dotado de água abundante, que tem origem numa mina próxima, o que naturalmente facilita o (re)abastecimento do referido depósito uma vez instalado; - Que após negociação entre as partes, chegou-se a um acordo para a aquisição dos referidos prédios, pelo valor total de 23.500€ (vinte e três mil e quinhentos euros), valor que, ainda que ligeiramente superior ao determinado pela avaliação, foi entendido como admissível na medida em que as condições de que dispõe (nomeadamente a água abundante) são facilitadoras da resposta a criar e do investimento necessário em infraestruturas; - A avaliação efetuada aos imóveis, que se anexa; - Face à urgência na aquisição dos imóveis e na apresentação até 28 de fevereiro, no âmbito da candidatura, de evidências do cumprimento das obrigações, indispensável para validar o investimento submetido a cofinanciamento no âmbito do contrato CNT-021465, sob pena de ser perdido o apoio, foi em 27 de fevereiro do ano corrente, celebrado contrato de Promessa de Compra e venda com Maria Rosa Dias de Pinho, Maria Joaquina Dias da Rocha e Belmiro Joaquim Dias da Rocha, em representação da herança indivisa, contribuinte fiscal n.º 747518386, e na qualidade de herdeiros de Joaquim Pinho da Rocha (documentos esse que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas) pelo qual o Município se compromete a adquirir os dois prédios inscritos na matriz predial rustica, sob os artigos 1466 e 1467, sítos no lugar de Pensal da Freguesia de Fajões, pelo valor total de 23.500,000€, a repartir de forma igual pelos dois imóveis, tendo sido autorizada a ocupação imediata dos mesmos incluindo a instalação do reservatório/ponto de água, incluindo a realização de obras de beneficiação com vista á acessibilidade; - A alínea g) do n.º 1 do art.º 33. Conjugada com o n.º3 do art.º 35º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; Proponho: -A ratificação do contrato de promessa de compra de compra e venda dos identificados prédios rústicos, sítos no lugar de Pensal da Freguesia de Fajões, inscritos na matriz predial rustica sob o artigo 1466 e artigo 1467, respetivamente, bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que os mesmos respeitam ou foram praticados, aquisição efetuada pelo valor total de

23.500,00 € (vinte e três mil e quinhentos euros), a Herdeiros de Joaquim Pinho da Rocha, para o domínio privado, correspondendo ao número de compromisso de fundo disponível 1587 e 1588/2021; - Que se delibere ainda a realização da respetiva escritura definitiva de aquisição.” Pelo Senhor Presidente foram dadas explicações sobre as propostas em análise, as quais foram objeto das seguintes intervenções: **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Esta candidatura foi aprovada, ou irá ser aprovada ao POSEUR? Este apoio do POSEUR envolve ajuda na compra de terrenos e na compra do reservatório, ou que é que envolve esse apoio?” **Senhor Presidente:** “Não faço a menor ideia. Posso-lhe dizer que é assim, normalmente existem avisos que permitem apoiar a compra dos terrenos e os equipamentos, existem avisos que só permitem os equipamentos, existem avisos que permitem uma percentagem dos terrenos e os equipamentos.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Mas de qualquer maneira essa candidatura está aprovada, garante...” **Senhor Presidente:** “Está aprovada, é uma candidatura POSEUR e prevê o apoio para os equipamentos. Não sei se prevê, não sei se a Inês sabe em termos da aquisição de terrenos, mas julgo que não.” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “Creio que não Presidente. Esta candidatura vem já do anterior executivo e nós estamos a concluir a sua execução e previa até investimentos ao nível da reabilitação de caminhos florestais e para além dessa reabilitação, estava prevista também a criação deste ponto adicional de água para abastecer aquela região e o depósito inclusive, já está connosco há algum tempo porque esta candidatura já tem efetivamente muito tempo. Faltava-nos era concluir a aquisição do terreno. Faltava escolher o local para o implementar” **Senhor Presidente:** “Este terreno é muito rico em água e estaremos a falar de 60/70 000,00€. Acho que é o valor do apoio, não é?” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “O valor total era mais Presidente. Eu creio que era o dobro até, ‘cento e qualquer coisa mil euros’, porque implicava a reabilitação de uma série de caminhos florestais que já foi feita há dois anos creio eu ...” **Senhor Presidente:** “Mas para o depósito acho que é cerca de metade, 70 000,00€, à volta disso, não sei...” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “... O que nos falta receber e que será agora concluído com a instalação do depósito, são 43 000,00€. É o que falta justificar ao POSEUR.” **Senhor Presidente:** “Mas julgo que o terreno não tem apoio.” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “Eu também creio que não, tanto que a análise do terreno foi feita à posteriori, qual seria o terreno mais favorável para esta instalação.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Não temos nada a opor Senhor Presidente, aqui a minha dúvida era só, uma vez que não consta nada do contrato de promessa de compra e venda, sobre a não possibilidade da não aprovação da candidatura...” **Senhor Presidente:** “A minha dúvida até é sobre o porquê deste ponto vir a reunião de Câmara.” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “Pois, porque eu penso que o Presidente tem competência para decidir, mas os serviços agendaram. Nós perguntámos se efetivamente tinha que vir...” **Senhor Presidente:** “Eu ainda estou para perceber porque é que este ponto carece de aprovação em reunião de Câmara.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Nós de qualquer maneira vamos aprovar, ou ratificar neste caso.” **Senhor Presidente:** “Isto é importante, atenção que estas respostas para um território com as nossas características, é muito importante. E esta estrutura, como compreendem, não serve apenas a mancha florestal de Oliveira

de Azeméis. É importante também para Arouca e Vale de Cambra e nessa perspetiva, faz todo o sentido que estas respostas sejam criadas.” **Senhora Vereadora Inês Lamego:** “Presidente, só para acrescentar: Esta é uma resposta que pode abastecer meios terrestres, mas também meios aéreos, portanto, tem um corredor com uma volumetria que permite esse abastecimento também por meios aéreos o que é interessante naquela zona.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade ratificar o contrato promessa a que se refere a proposta apresentada.

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE APRESENTADO POR MARIA AUGUSTA DA SILVA MARTINS (I/11681/2021) – APROVAÇÃO:** Pela Senhora Vereadora Ana de Jesus, foi apresentada a seguinte proposta: “Á Reunião de Câmara para aprovação do pedido de Certidão de Compropriedade. - Requerente: Maria Augusta da Silva Martins - Cabeça de Casal da herança - PI n.º1092/2021 Considerandos: A requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 6220 (rústico), da União de freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, "a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. Em termos de rentabilidade económica, no caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a totalidade: tendo assegurado a compropriedade para todo o terreno e não para parcelar o mesmo, atendendo a exploração individual de cada uma das parcelas. Quanto ao parcelamento para efeitos de construção, dir-se-á que a alinação será feita apenas a dois comproprietários que os mesmos teriam sempre direito a esse parcelamento por via da operação de destaque. Pelo exposto, somos de propor a emissão de parecer favorável a compropriedade.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO MOSTEIRO – CUCUJÃES E PROLONGAMENTO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E RESIDUAIS E REPAVIMENTAÇÃO DA ANTIGA ENI” – LOTE 1 E LOTE 2 – NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E INDICAÇÃO DA DATA DO AUTO DE CONSIGNAÇÃO E PSS (I/10388/2021) – RATIFICAÇÃO:** Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi

apresentada a seguinte proposta: “- Era urgente a nomeação da fiscalização e Indicação da Data do Auto de Consignação e aprovação do Auto de Consignação e do PSS da Empreitada, pela necessidade de intervir em arruamentos que encontram-se num avançado estado de degradação e necessidade de munir municípios das infraestruturas básicas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais nas zonas onde não existe na Rua do Mosteiro. - Pelos factos expostos no ponto anterior, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente e o Sr. Vereador da Câmara Municipal, aprovou os referidos documentos para tramitação da execução dos contratos. Propõe-se: A ratificação da informação interna da nomeação da fiscalização e Indicação da Data do Auto de Consignação e aprovação do Auto de Consignação e do PSS do lote 1 e lote 2 (I/562/2021, I/7631/2021, I/7602/2021, I/9550/2021, e I/6047/2021) em anexo (documentos que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), da Empreitada em assunto, aprovados pelo Sr. Presidente e Sr. Vereador da Câmara Municipal, nos termos e em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” Pelo **Senhor Vereador Ricardo Tavares** foi feita a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, aqui é só por uma questão de coerência e porque nós temos alertado ao longo deste mandato para isto: a aprovação que vem sempre a ratificação, estas aqui, estamos a falar de despachos de 5.01, 06.01 e de 27.01 e entretanto passados quase dois meses alguns vêm à reunião de Câmara para serem ratificados. Isto não é admissível por lei, não há motivos na proposta para justificar este atraso na vinda a reunião de Câmara e por esse motivo – há dois anos que vimos aprovando – vamo-nos abster. Só por esse motivo, não é por termos nada a opor ao teor de cada um deles. É por uma questão formal e de rigor.” Para dar resposta à intervenção anterior pelo **Senhor Presidente** foi dito: “Agora devolvo-lhe a questão dizendo o seguinte: Eu sou acusado de eleitoralismo, de deliberadamente adiar obras para o ano de 2021. O Senhor se for ver todos os meus despachos, há-de reparar que é muito difícil o despacho não acontecer no mesmo dia em que a informação é produzida pela técnica. É que tenho a técnica a assinar no dia 5 de janeiro às 13h14 e no mesmo dia às 17h11 é assinado o meu despacho. Portanto, aquilo que eu procuro é sempre evitar perdas de tempo, também estas não são questões particularmente graves nem relevantes, são questões de formalismos que têm que se cumprir, mas procuro sempre que isto não pare, que isto não espere, que ande precisamente porque está a ver, do dia 5 de janeiro até hoje teríamos aqui dois meses perdidos. Não estou a dizer que o Senhor não tem razão...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, mas é assim: tem que haver rigor no cumprimento das coisas, porque está a ver, da outra vez foi proposto em cima da reunião de Câmara que tivesse efeitos retroativos, essa pressa foi deliberada na reunião de Câmara e agora para isso ter efeitos, vai ter que ir a uma Assembleia Municipal que o Senhor Presidente vai ter de convocar daqui por dois meses. Nem sempre a pressa é boa conselheira, ou mesmo que ela exista, tem que ser acompanhada do mesmo rigor na aprovação das coisas.” **Senhor Presidente:** “Senhor Vereador, a pressa permitiu que estivéssemos aqui a ratificar uma decisão que foi tomada há dois meses atrás. Está a perceber? Senão só hoje é que estaríamos a tomar essa decisão e as estradas não estariam a ser

intervencionadas e o Senhor Vereador Rui Lopes não estaria aqui a dizer que a sinalização é desadequada.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Então retiro daí que o contrato interadministrativo de Loureiro e Fajões vai ser executado independentemente da aprovação na Assembleia Municipal.” **Senhor Presidente:** “Não estou a perceber qual é o seu problema em relação à aprovação na Assembleia Municipal.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Essa é que é válida, ou não?” **Senhor Presidente:** “Mas o Senhor não levantou a questão em relação à retroatividade. Quando muito, ficam condicionados...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Os contratos de 2020.” **Senhor Presidente:** “Exatamente. Foi isso que eu disse que os serviços iam avaliar, mas todos os outros não há razão para ficarem condicionados porque foram devidamente aprovados pela Assembleia Municipal. Agora o que é que acontece? Se quiser, eu posso-lhe tentar saber o que é que justificou que eu no dia 5 de janeiro assinasse a informação e só no dia 16 de fevereiro é que o serviço responsável pela proposta tem a proposta para vir a reunião.” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Senhor Presidente, não vai conseguir saber isso, porque nós há três anos que andamos a dizer isto e é permanente.” **Senhor Presidente:** “Mas eu posso saber exatamente...” **Senhor Vereador Ricardo Tavares:** “Não, não... Eu acho que isto já não vai ser corrigido Senhor Presidente.” **Senhor Presidente:** “Não. Repare, vai ser corrigido quando nós tivermos mais eficiência, quando as coisas funcionarem de uma maneira completamente diferente. Eu também não sou alheio àquilo que todos os dias ouço dizer. Eu posso-lhe dizer, por exemplo, que na divisão de empreitadas municipais temos três ou quatro pessoas a trabalhar neste momento. Temos agora, mas também tínhamos há um mês, há dois, três, quatro meses. Temos praticamente uma ausência completa de recursos. Atenção, eu estou a falar de ausência porque estão mesmo doentes, porque depois temos muitas pessoas em teletrabalho. Tudo isto dificulta, é o que é. Estou convencido que o esquecimento dos serviços em relação ao Regulamento do Empreendedorismo Jovem não aconteceria se as pessoas estivessem a trabalhar presencialmente. Não deveria acontecer estando em teletrabalho, mas aconteceu, é um facto.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: quatro abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, três a favor dos Senhores Vereadores do PS e o voto a favor do Senhor Presidente. Pela **Senhora Vereadora Carla Rodrigues**, foi colocada a seguinte questão: “Senhor Presidente deixe-me só colocar uma questão, é uma curiosidade minha, sobre a canalização do saneamento desta rua (Rua do Mosteiro): Qual vai ser a ETAR para onde ele vai ser canalizado?” **Senhor Presidente:** “Depende, temos duas possibilidades: há parte do saneamento que pode ser encaminhado para a nossa ETAR do Salgueiro e há outra parte que vai ser encaminhada para tratamento na Indaqua Feira.” **Senhora Vereadora Carla Rodrigues:** “Em Mosteirô? A parte mais a norte irá para a Feira e a parte mais a sul virá para a nossa?” **Senhor Presidente:** “Exatamente.” =====

===== **OUTROS** =====

===== **PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL (CRO) – CANIL INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS TERRAS DE SANTA MARIA (I/11577/2021) – APROVAÇÃO DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO:** Retirado para melhor análise. =====

===== *Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.* =====

===== *A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11 horas e 13 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu,*
, na qualidade de secretária a redigi. =====